

Artigo 2º - para participar da eleição da sociedade civil organizada, as entidades deverão cadastrar-se conforme disposto nos artigos 3º e 4º desta Resolução.

Artigo 3º - o cadastramento das entidades da sociedade civil se dará mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Comprovação de localização da sede;

II - Cópia do estatuto da entidade, devidamente registrado em cartório até a data do cadastramento;

III - Cópia da ata de constituição da diretoria atual;

IV - Indicação dos representantes pelo presidente ou responsável devidamente habilitado; e

V - Comprovação de trabalhos realizados na região na Área de Proteção Ambiental Mata do Iguatemi;

Artigo 4º - Os documentos e a ficha de cadastro (modelo anexo) deverão ser entregues no período de 01 a 30 de julho de 2004, nos endereços abaixo:

Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental

Avenida Prof. Frederico Hermann Jr. 345, prédio 6, 2º andar - Protocolo

Alto de Pinheiros

Artigo 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FICHA DE CADASTRO

CONSELHO GESTOR DA APA MATA DO IGUATEMI

1-) IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome da entidade:.....

Sigla:.....

Principais questões de interesse:.....

Região de atuação:.....

2-) DADOS CADASTRAIS

Endereço da entidade:.....

Município:.....

Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Número do registro no cartório:.....

C.N.P.J. da entidade:.....

Nome do representante titular:.....

Endereço residencial:.....

Município:.....

Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Nome do representante suplente:.....

Endereço residencial:.....

Município:.....

Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Outras informações:.....

Assinatura do responsável pela entidade

**Resolução SMA - 30, de 28-5-2004**

Dispõe sobre a constituição do Conselho Gestor da APA Estadual São Francisco Xavier, e dá providências correlatas.

O Secretário De Estado Do Meio Ambiente,

Considerando a Lei Estadual n.º 11.262, de 08 de novembro de 2002, que cria a APA - Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier;

Considerando a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação e define, entre outras, a Área de Proteção Ambiental - APA como unidade de conservação de uso sustentável;

Considerando o Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

Considerando do Decreto nº 48.149, de 9 de outubro de 2003, que dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental no Estado de São Paulo,

RESOLVE:

Artigo 1º - o Conselho Gestor da APA Estadual de São Francisco Xavier é integrado por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, a saber:

I. - Três representantes, titulares e respectivos suplentes, do Governo do Estado, das seguintes Secretarias:

Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

Secretaria de Estado de Energia, Recursos Hídricos, Saneamento; e

Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

II - Três representantes titulares e respectivos suplentes do município, indicados pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

III - Seis representantes da sociedade civil organizada, eleitos entre seus pares, conforme disposto no artigo 2º desta Resolução.

Artigo 2º - Os representantes da sociedade civil organizada no Conselho Gestor da APA de São Francisco Xavier serão eleitos por indicação dos representantes das entidades civis cadastradas, em reunião especialmente convocada para esse fim.

Artigo 3º - o cadastramento das entidades da sociedade civil se dá mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. Comprovação da localização da sede;

II. Cópia do estatuto da entidade, devidamente registrado em cartório, até a data do cadastro;

III. Cópia da ata da constituição da diretoria atual;

IV. Indicação dos membros pelo presidente ou diretor, devidamente habilitado; e

V. Comprovação de trabalhos realizados na região da APA de São Francisco Xavier.

Artigo 4º - Os documentos e a ficha de cadastro (modelo anexo) deverão ser entregues no período de 01 a 21 de junho de 2004, das 8:00 às 16:45 horas nos endereços abaixo:

\* Sede da Subprefeitura de São Francisco Xavier, Rua 15 de novembro 870, Centro; ou

\* Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de São José dos Campos, Rua José de Alencar, 123, Centro, 6º andar - sala1.

Artigo 5º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FICHA DE CADASTRO

CONSELHO GESTOR DA APA SÃO FRANCISCO XAVIER

1-) IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome da entidade:.....

Sigla:.....

Principais questões de interesse:.....

Região de atuação:.....

2-) DADOS CADASTRAIS

Endereço da entidade:.....

Município:.....

Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Número do registro no cartório:.....

C.N.P.J. da entidade:.....

Nome do representante titular:.....

Endereço residencial:.....

Município:.....

Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Outras informações:.....

Assinatura do responsável pela entidade

**Resolução SMA - 31, de 28-5-2004**

Dispõe sobre o cadastro da sociedade civil organizada para o Conselho Gestor das APAs Estaduais Sapucaí-Mirim e Campos do Jordão e dá providências correlatas

O Secretário De Estado Do Meio Ambiente,

Considerando o Decreto nº48.149 de 9 de outubro de 2003 que dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental no Estado de São Paulo;

Considerando a Resolução SMA 42, de 31 de outubro de 2003 e a Resolução SMA 03, de 09 de janeiro de 2004, que dispõem sobre a constituição do Conselho Gestor das APAs Sapucaí-Mirim e Campos do Jordão; e

Considerando a deliberação do atual Colegiado Gestor para ampliar o cadastro da sociedade civil organizada.

Resolve:

Artigo 1º - Estabelecer novo prazo de cadastramento das entidades da sociedade civil organizada para o Conselho gestor das APAs Sapucaí Mirim e Campos do Jordão.

Artigo 2º - Os representantes da sociedade civil organizada serão eleitos por indicação dos representantes das entidades civis cadastradas, em reunião especialmente convocada para esse fim, conforme o Artigo 1º, inciso III, da Resolução SMA 42-03.

Artigo 3º - Os documentos e a ficha de cadastro (modelo anexo) deverão ser entregues no período de 01 a 22 de junho de 2004, nos endereços abaixo:

SANTO ANTONIO DO PINHAL:

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal, Avenida Ministro Nelson Hungria, 52 - tel. Oxx12-266-1151;

SÃO BENTO DO SAPUCAÍ:

Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí, Rua Sargento José Lourenço, 190 - tel. Oxx12-3971-1114;

CAMPOS DO JORDÃO:

EMUHAB - Empresa Municipal de Habitação, Rua Manuel Pereira Alves, 250 - Abernêssia

Artigo 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FICHA DE CADASTRO

CONSELHO GESTOR DAS APAs SAPUCAÍ-MIRIM e CAMPOS DO JORDÃO

1-) IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome da entidade:.....

Sigla:.....

Principais questões de interesse:.....

Região de atuação:.....

2-) DADOS CADASTRAIS

Endereço da entidade:.....

Município:.....Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Número do registro no cartório:.....

C.N.P.J. da entidade:.....

Nome do representante titular:.....

Endereço residencial:.....

Município:.....

Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Nome do representante suplente:.....

Endereço residencial:.....

Município:.....

Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Outras informações:.....

Assinatura do responsável pela entidade

**Resolução SMA - 32, de 28-5-2004**

Dispõe sobre a constituição do Conselho Gestor da APA Estadual da Ilha Comprida, e dá providências correlatas.

O Secretário De Estado Do Meio Ambiente,

Considerando o Decreto Estadual n.º 26.881, de 11 de março de 1987, que cria a APA - Área de Proteção Ambiental da Ilha Comprida;

Considerando o Decreto Estadual nº 30.817, de 30 de novembro de 1989, que regulamenta a Área de Proteção Ambiental da Ilha Comprida;

Considerando a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação e define, entre outras, a Área de Proteção Ambiental - APA como unidade de conservação de uso sustentável;

Considerando o Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; e

Considerando o Decreto nº48.149, de 9 de outubro de 2003, que dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental no Estado de São Paulo,

RESOLVE:

Artigo 1º - o Conselho Gestor da APA Estadual da Ilha Comprida é integrado por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, a saber:

I - Três representantes, titulares e respectivos suplentes, do Governo do Estado, das seguintes Secretarias:

\* Secretaria de Estado do Meio Ambiente,

\* Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, e

\* Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

II - Três representantes do município e respectivos suplentes, indicados pela Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

III -Seis representantes da sociedade civil organizada, eleitos entre seus pares, conforme disposto no artigo 2º desta Resolução.

Artigo 2º - Os representantes da sociedade civil organizada no Conselho Gestor da APA da Ilha Comprida serão eleitos por indicação dos representantes das entidades civis cadastradas, em reunião especialmente convocada para esse fim.

Artigo 3º - o cadastramento das entidades da sociedade civil se dá mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. Comprovação da localização da sede;

II. Cópia do estatuto da entidade, devidamente registrado em cartório, até a data do cadastro;

III. Cópia da ata da constituição da diretoria atual;

IV. Indicação dos membros pelo presidente ou diretor, devidamente habilitado; e

V. Comprovação de trabalhos realizados na região da APA Ilha Comprida.

Artigo 4º - Os documentos e a ficha de cadastro (modelo anexo) deverão ser entregues no período de 15 de junho a 15 de julho nos endereços abaixo:

\* Prefeitura Municipal de Ilha Comprida, na Avenida Beira Mar, 11 000, Bairro Meu Recanto, Ilha Comprida, telefones (13) 3842 1011 - 3842 1141, ou

\* Agência Regional do DEPRN, Praça São Benedito 110, Centro, Iguape

telefones (13) 3841 2026-3841 2193.

Artigo 5º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FICHA DE CADASTRO

CONSELHO GESTOR DA APA ILHA COMPRIDA

1-) IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome da entidade:.....

Sigla:.....

Principais questões de interesse:.....

Região de atuação:.....

2-) DADOS CADASTRAIS

Endereço da entidade:.....

Município:.....

Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Número do registro no cartório:.....

C.N.P.J. da entidade:.....

Nome do representante titular:.....

Endereço residencial:.....

Município:.....

Cep.....caixa postal:.....

DDD:.....telefone:.....fax:.....

E-mail:.....

Outras informações:.....

Assinatura do responsável pela entidade

**Resolução SMA - 33, de 28-5-2004**

Cria o Grupo de Trabalho para a operacionalização dos Decretos Estaduais nº 47.397 e nº 47.400, ambos de 04 de dezembro de 2002 e nº 48.523 de 2 de março de 2004”.

O Secretário De Estado De Meio Ambiente,

Considerando:

que o Decreto nº 47.400, de 04 de dezembro de 2002, que regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, refere-se ao licenciamento ambiental por parte da Secretaria de Meio Ambiente;

as alterações do Decreto nº. 8468 que regulamenta a Lei nº. 997, de 31 de maio de 1976, efetuadas em 04 de dezembro de 2002, pelo Decreto nº 47.397 e em 02 de março de 2004, pelo Decreto nº 48.523;

que o citado Decreto nº 47.397 institui a renovação de licenças de empreendimentos já instalados, constituindo-se em atividade nova, e portanto sem uma prática institucional estabelecida;

que o citado Decreto nº 48.523 redefine os critérios de áreas saturadas para os aspectos de poluição do ar, instituindo um sistema de compensação de emissões, também inovador e sem prática institucional no país;

que a aplicação dos dois Decretos exige procedimentos que se complementam pois determinações aplicadas na renovação de licença podem se interligar com o processo de compensação de emissões;

que os Decretos citados requerem a determinação de procedimentos operacionais homogêneos, a serem seguidos pelas áreas de controle da Secretaria do Meio Ambiente, nomeadamente o CPRN-DAIA e a CETESB;

que na aplicação dos novos Decretos, deverão ser consideradas as emissões não apenas de NOx, mas de todos os poluentes atmosféricos;

o estágio avançado de grupo específico do CONAMA, na determinação de emissões máximas dos distintos poluentes atmosféricos por tipos de fontes industriais;

que a Fundação William e Flora Hewlett, “The William and Flora Hewlett Foundation”, entidade sem fins lucrativos, dispõe-se a colaborar com a SMA e a CETESB na implantação dos novos procedimentos disponibilizando equipamentos e serviços de consultoria para reformular os atuais procedimentos de controle;

Resolve:

Artigo 1º - Fica criado, junto ao Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Grupo de Trabalho incumbido de elaborar propostas para estabelecimento de um sistema integrado para o licenciamento renovável, para a consolidação e operacionalização de critérios de compensação de emissões e do levantamento do inventário de emissões atmosféricas de fontes, tendo em vista a operacionalização dos Decretos nº 47.397, de 04 de dezembro de 2002 e nº. 48.523, de 02 de março de 2004.

Artigo 2º - o Grupo de Trabalho será composto por:

I - Secretária Adjunta da Pasta, que exercerá a Coordenação do grupo;

II - Dois representantes do Gabinete do Secretário, um dos quais terá a função de suplente na coordenação;

III - um representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais - CPRN, e seu respectivo suplente;

IV - um representante do Departamento de Avaliação de Impacto ambiental - DAIA, e seu respectivo suplente;

V - um representante da Diretoria de Engenharia, Tecnologia e Qualidade Ambiental da CETESB, e seu respectivo suplente;

VI - um representante da Diretoria de Controle de Poluição Ambiental da CETESB, e seu respectivo suplente;

VII - um representante da Diretoria Administrativa e Financeira da CETESB, e seu respectivo suplente.

§ 1º - Os representantes titulares e suplentes do Grupo de Trabalho serão designados pelo Secretário do Meio Ambiente, mediante indicação dos diretores e coordenadores dos órgãos e entidades nela representados.

§ 2º - As indicações dos integrantes do Grupo de Trabalho objeto desta Resolução deverão ser enviadas ao Gabinete do Secretário do Meio Ambiente, em até 02 (dois) dias, contados a partir da publicação da presente resolução, com vistas à designação dos representantes titulares e suplentes e respectiva publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 3º - Nos casos de ausência, os suplentes substituirão os representantes titulares do Grupo de Trabalho.

Artigo 3º - a Coordenadora poderá convidar outras entidades públicas e privadas para participar do desenvolvimento dos trabalhos.

Artigo 4º - Esta Resolução extingue o Grupo de Trabalho para estudos de padrões de emissão de óxidos de nitrogênio (NOx) por fontes fixas, Resolução n.º 28, de 20 de agosto de 2002.

Artigo 5º - o Grupo de Trabalho deverá apresentar ao Secretário de Meio Ambiente, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Resolução, relatório conclusivo contemplando propostas e planos de trabalho.

Artigo 6º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**Despachos do Secretário, de 27-5-2004**

**Ratificando:**

à luz do disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666-03, atualizada pelas Leis Federais 8.883-94 e 9.648-98, a inexistibilidade de licitação declarada pela Diretora do Departamento de Projetos da Paisagem, com fundamento no “caput” do artigo 25 do mencionado diploma legal, para a realização de despesas com água e esgotos junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.(Processo SMA 6.811-2004);

à luz do disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666-03, atualizada pelas Leis Federais 8.883-94 e 9.648-98, a inexistibilidade de licitação declarada pela Diretora do Departamento de Projetos da Paisagem, com fundamento no “caput” do artigo 25 do mencionado diploma legal, para a realização de despesas com energia elétrica junto à Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A.(Processo SMA 6.813-2004);

à luz do disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666-03, atualizada pelas Leis Federais 8.883-94 e 9.648-98, RATIFICO a inexistibilidade de licitação declarada pela Diretora do Departamento de Projetos da Paisagem, com fundamento no “caput” do artigo 25 do mencionado diploma legal, para a realização de despesas com telefonia, junto à Telecomunicações de São Paulo S.A. (Processo SMA 6.812-2004);

à luz do disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666-03, atualizada pelas Leis Federais 8.883-94 e 9.648-98, a inexistibilidade de licitação declarada pela Diretora do Departamento de Projetos da Paisagem, com fundamento no “caput” do artigo 25 do mencionado diploma legal, para a realização de despesas com telefonia, junto à Telecomunicações de São Paulo S.A. (Processo SMA 6.814-2004)

**Despachos do Secretário, de 28-5-2004**

**Ratificando,** com fundamento no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666-93, combinado com o artigo 26 da Lei Estadual nº 6.544-89, a Dispensa de Licitação reconhecida pela Coordenadora de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - CPLEA, a favor da Fundap - Fundação do Desenvolvimento Administrativo - SENAC, CNPJ 47.903.570-0001-55 objetivando a prestação de serviços de implantação do Programa de Bolsas para Aprimoramento de Estudantes.

(Processo CPLEA 7039-04)

**Extrato do Segundo Termo de Aditamento**

Processo SMA 189-00-69 - AP- 212 - Parecer Jurídico: CJ-SMA n( 164-2004 - Convênio n( 189-00-69 - Base Legal: Decreto nº 45.001, de 27-06-00 - Partícipes: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Prefeitura do Município de RAFARD - Objeto: Implantação, no Município, de Aterro Sanitário em Valas, para a destinação e tratamento dos resíduos sólidos domiciliares. Cláusula Primeira: prorroga o prazo de vigência do Convênio n( 189-00-69. Cláusula Segunda: o Convênio n( 189-00-69 terá sua vigência até 14 de setembro de 2004, a contar de 05 de junho de 2003. Cláusula Terceira: altera o item 6 do Plano de Trabalho. Cláusula Quarta: ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio. Assinatura: 27-05-2004.

**Extrato do Segundo Termo de Aditamento**

Processo SMA 189-00-06 - AP- 16 - Parecer Jurídico: CJ-SMA n( 156-2004 - Convênio n( 189-00-06 - Base Legal: Decreto n( 45.001, de 27-06-00 - Partícipes: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Prefeitura do Município de BOFETE - Objeto: Implantação, no Município, de Aterro Sanitário em Valas, para a destinação e tratamento dos resíduos sólidos domiciliares. Cláusula Primeira: prorroga o prazo de vigência do Convênio n( 189-00-06, até 14 de setembro de 2004. Cláusula Segunda: altera a Cláusula Terceira do Convênio. Cláusula Terceira: altera a Cláusula Quarta do Convênio, Item I. Cláusula Quarta: altera o item 6 do Plano de Trabalho. Cláusula Quinta: ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio Cláusula Sexta: obrigação por parte desta Secretaria, de publicar o extrato deste termo aditivo no Diário Oficial do Estado. Assinatura: 27-05-2004.

**GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL**

**Comunicado DRH - 13, de 31-5-2004**

A Presidente da Comissão Responsável pela Promoção por Merecimento, CONVOCA os candidatos inscritos no Processo Seletivo para fins de Promoção por Merecimento, referente ao exercício de 2001, do INSTITUTO DE BOTÂNICA, do Gabinete do Secretário, para a PROVA a ser realizada nos locais, data e horário abaixo:

CAPITAL

Classe de Auxiliar de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica

PROVA PRÁTICO-ORAL: dia 08-06-2004

HORÁRIO: das 9:00h às 12:00h

LOCAL: Sede do Instituto de Botânica - Av. Miguel Stéfano, 3687 - Água Funda - São Paulo-SP

SALA: Sala de aula da Seção de Ornamentais

Classe de Oficial de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica

PROVA ESCRITA: dia 08-06-2004

HORÁRIO: das 9:00h às 12:00h

LOCAL: Sede do Instituto de Botânica - Av. Miguel Stéfano, 3687 - Água Funda - São Paulo-SP

SALA: Sala de aula da Seção de Fisiologia e Bioqímica de Plantas

Classe de Agente de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica

PROVA ESCRITA: dia 08-06-2004

HORÁRIO: das 9:00h às 12:00h

LOCAL: Sede do Instituto de Botânica - Av. Miguel Stéfano, 3687 - Água Funda - São Paulo-SP

SALA: Sala de aula da Seção de Curadoria do Herbário

Classe de Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica

PROVA ESCRITA: dia 08-06-2004

HORÁRIO: das 9:00h às 12:00h

LOCAL: Sede do Instituto de Botânica - Av. Miguel Stéfano, 3687 - Água Funda - São Paulo-SP

SALA: Sala de aula da Seção de Ecologia

MOGI-GUAÇÚ

Classe de Auxiliar de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica

PROVA PRÁTICO-ORAL: dia 08-06-2004

HORÁRIO: das 9:00h às 12:00h

LOCAL: Reserva Biológica e Estação Experimental de Mogi-Guaçu - Rua Joaquim Cipriano de Carvalho s-no. - Martinho Prado Junior - Mogi-Guaçu-SP

SALA: Sala das dependências da Reserva Biológica e Estação Experimental de Mogi-Guaçu

Classe de Oficial, Agente de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica e Série de classes de Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica

PROVA ESCRITA: dia 08-06-2004

HORÁRIO: das 9:00h às 12:00h

LOCAL: Reserva Biológica e Estação Experimental de Mogi-Guaçu - Rua Joaquim Cipriano de Carvalho s-no. - Martinho Prado Junior - Mogi-Guaçu-SP

SALA: Sala das dependências da Reserva Biológica e Estação Experimental de Mogi-Guaçu

Os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação da prova com antecedência mínima de 30 minutos, munidos de protocolo de inscrição, original da cédula de identidade e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

**Comunicado DRH - 14-2004**

A Presidente da Comissão Responsável pela Promoção por Merecimento, CONVOCA os candidatos inscritos no Processo Seletivo para fins de Promoção por Merecimento, referente ao exercício de 2001, do INSTITUTO FLORESTAL, do Gabinete do Secretário, para a prova a ser realizada nos locais, data e horário abaixo, de acordo com a opção de cidade efetuada no ato da inscrição:

CAPITAL

Classe de Auxiliar de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica

PROVA PRÁTICO-ORAL: dia 08-06-2004

HORÁRIO: das 10:00h às 12:00h

LOCAL: Sede do Instituto Florestal - Rua do Horto, 931 - São Paulo - SP

SALA: Sala de Reuniões da Divisão de Dasonomia

Classe de Oficial, Agente e Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica

PROVA ESCRITA: dia 08-06-2004

HORÁRIO: das 10:00h às 12:00h

LOCAL: Sede do Instituto Florestal - Rua do Horto, 931 - São Paulo-SP

SALA: Centro de Manejo de Animais Silvestres - CEMAS

Série de classes de Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica

PROVA ESCRITA: dia 08-06-2004

HORÁRIO: das 14:00h às 17:00h

LOCAL: Sede do Instituto Florestal - Rua do Horto, 931 - São Paulo-SP